

Os objetivos da Contabilidade de Custos diante dos princípios fundamentais da Contabilidade

José Eustáquio Giovannini*

Vicente Vieira da Silva*

Walter Roosevelt Coutinho*

A Contabilidade está compreendida dentro do campo das Ciências Sociais, que comporta ainda duas perspectivas de abordagens: a formal e a factual. Na perspectiva formal, podemos estabelecer uma relação mais em termos conceituais de forma lógica e até matemática, utilizando-a para efeito de estudos mais abstratos. Na outra perspectiva, a factual, se constitui como um referencial dos fatos e/ou dados controlados ou analisados de forma mais concreta.

A grande maioria dos fatos de natureza econômica/financeira está sujeita ao controle da Contabilidade, na medida em que alteram o patrimônio de forma tanto qualitativa quanto quantitativa. Por meio desse controle, intervenções podem ser feitas para atender as necessidades detectadas pela Contabilidade no sentido de buscar a eficiência patrimonial, ou seja, alcançar a anulação da necessidade.

Pelo aspecto patrimonial, a Contabilidade de Custos encontra, nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, um campo impositivo de aplicações tendo por objeto as mutações patrimoniais sofridas no ciclo operacional interno das empresas. A Contabilidade de Custos, lastreando-se nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, utiliza-se deles como base definidora da autonomia patrimonial. E, através da aplicação de técnicas conjugada com a aplicação destes princípios fundamentais, elabora relatórios contábeis e extracontábeis padronizados e deles extrai interpretações mais adequadas e consistentes dos relatórios originados.

Para melhor compreensão do próprio processo contábil, os Princípios Fundamentais de Contabilidade têm origem na necessidade de reunir, compilar e sistematizar a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, ou seja, criar uma estrutura científica básica tendo como condição primeira formar um conjunto de diretrizes fundamentais de uma ciência social. Objetiva a universalidade e a comparabilidade de forma a buscar a confiabilidade e fidelidade da informação contábil, visando criar melhores padrões de entendimento, tanto para os usuários quanto

para outros interessados, das atividades econômicas de determinada entidade, dos seus respectivos resultados e do seu grau de eficácia patrimonial.

Nesse processo, indistutivelmente, a utilização da Ciência Contábil se torna uma ferramenta importante como um fator de suporte no desenvolvimento das demonstrações dos custos incorridos ou a incorrer.

Campo de Aplicação da Contabilidade de Custos

Quando as receitas superam o somatório das despesas, tem-se o lucro. Em nosso entendimento a equação se resume em receitas e despesas, porque entendemos que há distinção objetiva no conceito de custo e despesa. O primeiro representa os ativos insumidos, ou seja, corresponde às mutações patrimoniais sofridas no ciclo interno operacional da entidade, equivalendo, quase sempre, à transmutação de um ativo em outro ativo que poderá ser destinado à comercialização ou ser aplicado no processo produtivo, portanto continuando como um ativo. A despesa, por outro lado, são desembolsos (saídas) de ativos sem que haja no processo o ingresso de outro ativo, representando,



pois, redução de patrimônio. Considerando que o lucro é a diferença entre as receitas e as despesas, ele equivale ao aumento do patrimônio líquido, quando este aumento se origina da atividade empresarial e da movimentação da sua riqueza.

Desta forma, os recursos aplicados para que se consiga a produção de bens ou serviços, que, no momento da venda, se transformarão em receitas, são denominados "custos aplicados na consecução de utilidades".

A análise, no sentido de inserirmos a Contabilidade de Custos diretamente nos processos, resulta em tomadas de decisões de natureza econômico-financeira por parte daqueles que administram a empresa.

Há, ainda, muita controvérsia entre os estudiosos e pesquisadores da Contabilidade quanto ao reconhecimento da Contabilidade de Custos como parte integrante da própria Contabilidade. Entretanto, seguramente, dentro de embasamento científico, a Contabilidade de Custos é uma das mais importantes formas de aplicação da Contabilidade.

A Contabilidade de Custos registra as mutações patrimoniais ocorridas no ciclo operacional interno das empresas, na medida em que atua diretamente relati-

onada a uma transparente apresentação de parte do patrimônio nas demonstrações contábeis, tanto qualitativas quanto quantitativas, e que nos leva à apuração de resultados. Assim, pelo menos, pode-se constatar a existência de duas formas de abordagens: uma voltada ao acontecido e outra mais direcionada para o que possa acontecer. Vale ressaltar que, embora possa ser abordada de duas formas, não se elimina a unidade ou o conjunto, pois a interação é fundamental e a segunda abordagem somente é possível a partir da primeira.

Em relação à abordagem mais voltada ao acontecido, há funções direcionadas ao conhecimento, à evolução, ao registro, à classificação e à demonstração das mutações patrimoniais correspondentes ao ciclo interno das operações efetivamente ocorridas. Tais procedimentos se apresentam como uma valoração dos produtos em elaboração e elaborados e, inclusive, dos serviços, não levando em conta o fim a que se destinam.

Trata-se de funções eminentemente contábeis que conduzem à apuração do resultado da empresa e, conseqüentemente, à transparente demonstração qualitativa e quantitativa do patrimônio. Neste sentido, observa-se que no mo-

mento em que determinado ativo junta-se a outro formando um novo ativo que continua na entidade, mas sob uma forma diferente, tem-se uma variação que interessa à Contabilidade de Custos. Todos os valores que vão se agregando, como mão-de-obra e materiais, e se transformam representando novos ativos exigem apuração de seu novo valor de forma mais eficiente, constituindo-se em objeto primordial da Contabilidade de Custos.

Em relação à forma de abordagem para o que possa acontecer, há funções correspondentes ao desenvolvimento de simulações e prospecções, que objetivam a melhor aplicação e uso dos recursos disponíveis. A larga abrangência potencializa a capacidade de estudos e investigações na busca e seleção das melhores alternativas, a formulação de políticas e planejamento estratégico, que possam originar uma apuração de resultados positivos e/ou melhores. A Contabilidade de Custos destaca-se por disponibilizar as condições, ou seja, fornecer os elementos de modo a promover o estabelecimento de parâmetros e possibilitar uma análise das mutações ocorridas entre o estimado, o pretendido e a realidade apresentada, através da aplicação do sistema mais adequado ao tipo, complexidade e volume de transações do ciclo operacional interno.

O que se verifica no estudo do campo de atuação da Contabilidade de Custos é que não podemos deixar de levar em conta a importância da aplicação dos Princípios Contábeis, presentes a todo momento.

Os Objetivos da Contabilidade de Custos

Encontramos em Koliver los objetivos explícitos da Contabilidade de Custos, conforme abaixo:

A apreensão, classificação, registro, análise, interpretação de valores físicos e monetários de variações

patrimoniais – ocorridas, projetadas ou simuladas – pertencentes ao ciclo operacional interno, com vista à tomada de decisões de cunho administrativo, nos diversos níveis de comando da entidade.

A Contabilidade de Custos possui quatro finalidades que podem ser definidas como:

- apreensão dos custos dentro das variações patrimoniais feitas por produto(s), por processo, por tarefa(s), por unidade(s) e/ou por departamentos;
- controle de recursos aplicados na produção, na distribuição e na administração, para definir os resultados operacionais;
- eficácia operacional e patrimonial baseada na estimativa do custo de um produto e na fixação de um preço adequado; e
- avaliação de alternativas para a administração fundamentar sua(s) política(s) operacional(is) nas informações geradas pelo departamento de custos.

Cada uma destas quatro finalidades é mais bem detalhada a seguir:

Apreensão dos Custos

Este objetivo diz respeito à apreensão das variações patrimoniais registradas no âmbito interno da entidade. As variações, em sua maioria, são qualitativas e ao longo do ciclo operacional seriam quantitativas. As variações qualitativas referem-se a ativos que se transformam em outros ativos e que, ainda segundo Koliver, podem assumir denominações como:

- custos diferidos;
- custos com pesquisas e desenvolvimento, em andamento;
- serviços em andamento;
- projetos em desenvolvimento;
- estoques de produtos semifabricados ou em elaboração;
- estoques de produtos prontos;
- lavouras em formação;
- serviços terminados, a faturar;

- estoque de minérios extraídos, a beneficiar;
- minas em processo de abertura;
- jazidas em prospecção;
- imobilizações de fabricação própria, em andamento;
- peças para uso próprio, em fabricação;
- gado em engorda;
- estoques de materiais reprocessados internamente;
- estoques de sucatas e resíduos advindos da produção;
- etc., etc.

Todas as expressões acima tenderão a se integrar como elemento redutor na apuração do resultado de algum exercício social. Alguns itens poderão ser incorporados ao Imobilizado ou ao Diferido e, nestes casos, serem objeto de depreciação ou amortização.

Pode, também, ocorrer a transformação do ativo em despesa de modo involuntário. É o que acontece nas hipóteses de perda, deterioração, roubo, obsolescência etc.

Segundo vários autores modernos, dentre eles Eliseu Martins, Sílvio Crepaldi, George Leone, determinação de custos pode ser operacionalizada por diversos sistemas de custeamento, tais como: Custeio por Absorção, Custeio Baseado em Atividade, Custo-Padrão, Custeio-Alvo, RKW (Rationalisierungs-Kuratorium der Deutschen Wirtschaft).

Controle de Insumos

Foi-se o tempo em que a entidade podia valer-se exclusivamente da fórmula: $\text{Custo} + \text{Resultado Desejado} + \text{Preço de venda}$ a praticar. Nos dias atuais, o resultado das análises macro e microeconômicas são fatores determinantes de preços, e assim a definição de preço deixou de ser prerrogativa exclusivamente do vendedor e passou a ser, também, do comprador, tendo em vista a análise da oferta e procura. Por esta razão, a entidade necessita definir o custo gerado pelos seus produtos ou serviços para

que, mediante avaliação crítica interna, possa estabelecer políticas que impliquem mudança na linha de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, em alterações nos preços de venda, em suspensão temporária ou definitiva da produção, como forma de sobrevivência.

A análise do resultado gerado pela atividade produtiva deve ser minuciosa. Ocorrem situações em que a empresa, em função de localidade, de quantidade, de embalagem, de prazos de pagamentos, opera com diferentes preços de venda para um mesmo produto. Em alguns casos mais extremos, pode-se concluir pelo encerramento das atividades da empresa.

A eficácia operacional

Este objetivo, entendido como a satisfação de todas as necessidades de um determinado empreendimento, quando respeitada a premissa do estabelecimento prévio de padrões (em valores físicos ou monetários), estende-se a praticamente todos os aspectos das operações geradoras de custos, despesas e receitas. Pois, em suma, estas operações são as que transformam o patrimônio. A eficácia é uma meta e consiste na anulação da necessidade azindal (SA, Lopes, 1999, p.178). A necessidade de uma azienda, ou entidade, é portanto obter-se do seu patrimônio o máximo de resultado possível dentro dos objetivos propostos.

Produtos ou serviços individualizados, funções, processos, atividades, conjuntos de produtos, espécies de custos particularizadas, resultados, em quantidade física ou monetária, podem servir como alvos a serem atingidos.

A avaliação de alternativas

Este objetivo trata da análise de duas ou mais opções evidenciadas pela Contabilidade de Custos para a escolha da melhor. A partir da construção de vários cenários elaborados com base nas informações fornecidas pela engenharia, desenvolvimento de produtos, marketing,

financeiro, operacional e outros segmentos da empresa, a Contabilidade de Custos fornecerá elementos para a escolha da mais adequada. As alternativas podem abranger:

- equipamento;
- processos de fabricação;
- concepção geral da fabricação (em série, em "ilhas");
- formas de estocagem;
- estruturas administrativas.

Para Koliver²:

(...) inclui, também, todos os procedimentos abrangidos pela chamada "análise de valor", em que é questionado o produto em si. Finalmente, são parte do objetivo em exame todas as análises de "custo-volume-lucro", também conhecidas por "contabilidade marginal", pois as idéias de "opção" e "otimização" lhe são inerentes.

Princípios Fundamentais de Contabilidade e a Contabilidade de Custos

Dos Princípios Fundamentais de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução 750/93, dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, determinando que a observância destes princípios é obrigatória no exercício da profissão contábil, como condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Esses princípios representam a essência das doutrinas e teorias concernentes à Ciência da Contabilidade, em face do amplo entendimento prevalente no campo científico e profissional do Brasil. A Contabilidade, portanto, é entendida no seu sentido mais amplo, de ciência social cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Cada um deles pode ser sintetizado da seguinte forma:

PRINCÍPIO DA ENTIDADE – Este prin-

cípio reconhece o patrimônio como o objeto da Contabilidade, afirmando ainda ser ele autônomo, não se confundindo com o patrimônio dos sócios ou proprietários.

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE –

Quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, deve ser considerada a situação de continuidade ou não da entidade, porque a situação de descontinuidade influencia o valor econômico dos ativos e o valor e vencimento dos passivos.

PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE – trata da tempestividade e da integridade do registro do patrimônio e de suas mutações. Este registro deve abranger as variações patrimoniais a partir do momento em que tecnicamente são passíveis de estimação; compreenderá os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários e, ao final, reconhecendo as variações ocorridas no patrimônio da entidade em um tempo determinado.

PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL – Os componentes patrimoniais devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos em moeda corrente do País.

PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – Reconhece que a moeda não representa unidade constante de poder aquisitivo e que a atualização monetária não corresponde a uma nova avaliação, mas tão-somente ao ajustamento do valor original para uma determinada data, traduzindo-se na variação do poder aquisitivo no período, pela recomposição do valor contabilizado.

PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA – As despesas e receitas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento.

PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA – Prevê a adoção do menor valor para os componentes do ativo e o maior valor para os

componentes do passivo, sempre que houver alternativas de julgamento igualmente válidas para quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Da Aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade à Contabilidade de Custos

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade são a base científica mínima das Normas Brasileiras de Contabilidade; revestem-se dos atributos da universalidade e generalidade e, portanto, alcançam a Contabilidade como um todo, sendo, obrigatoriamente, aplicados a todos os seus segmentos.

Os valores processados pela Contabilidade de Custos não acrescentam ou diminuem o Patrimônio Líquido, mas, apenas, os reclassifica quantitativa e qualitativamente, agregando valores em decorrência de alterações que forem sofrendo para se obter determinado bem ou serviço.

Como a Contabilidade de Custos lida com as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas, durante o ciclo operacional alguns elementos passam da condição de Ativo para a de Despesa, como os Custos Administrativos e de Venda. Diversos outros continuarão no Ativo como Estoques, até sua destinação definitiva (venda, uso como ativo permanente ou insumo, doações e outros).

Koliver² apresenta de forma esquemática os três movimentos básicos por estágios do ciclo operacional interno, conforme exposto a seguir:

1º Estágio: delimitação dos valores a serem processados pela Contabilidade de Custos, denomináveis de primários, de vez que ainda não configuram aglomerados de valores.

2º Estágio: diferenciação entre os valores diretamente classificados como componentes negativos do réditos do período e aqueles que mantêm sua condição de ativos, base para novas variações patrimoniais quali-

tativas, as de maior interesse na Contabilidade de Custos; e

3º Estágio: corresponde à alocação dos efeitos das variações qualitativas dos portadores finais dos custos, dos produtos ou serviços individualmente considerados, computados os aglomerados remanescentes de períodos passados, dos estoques de produtos semifabricados e prontos ou dos serviços em andamento. Neste estágio, ocorre a destinação final da massa dos valores com a distinção entre aqueles integrados à equação do rédito do exercício, na condição de Despesas, e os demais mantidos na condição de Ativos (estoques de produtos semifabricados, de produtos prontos, serviços em andamento, imobilizações, diferimento e estoques de insumo primário).

Diante desses estágios, podemos melhor interagir os Princípios Fundamentais de Contabilidade com os objetivos da Contabilidade de Custos, assumindo, então, as formulações a seguir:

O Princípio da Entidade encontra-se umbilicalmente unido aos três estágios propostos por Koliver. Este princípio determina ser o patrimônio o objeto da Contabilidade e, como a Contabilidade de Custos trata objetivamente das variações ocorridas num determinado ativo integrante do patrimônio da entidade, logo as operações tratam do patrimônio de determinada entidade, envolvendo custos.

O Princípio da Oportunidade, também presente nos três estágios, trata dos registros das mutações ocorridas no patrimônio da entidade. A Contabilidade de Custos tem por finalidade registrar/reconhecer todas as mutações quantitativas e qualitativas de determinado ativo da entidade, no momento em que ele ocorre ou quando existe razoável certeza de sua ocorrência. Assim, no momento em que se faz a delimitação dos valores, a diferenciação entre valores componentes do rédito ou, finalmente, a alocação

dos efeitos das variações qualitativas aos portadores finais do custo, estamos em perfeita sintonia com o princípio da oportunidade.

O Princípio do Registro pelo Valor Original - Como a Contabilidade de Custos não adiciona nem diminui, mas apenas reclassifica os valores através de processo de agregação de componentes do ativo, ela trabalha exclusivamente com valores originais decorrentes de transações com o mundo exterior em relação à Entidade. Desta forma, os preços adotados nos custos são mantidos pelo seu valor original contábil.

O Princípio da Atualização Monetária - Considerando a prevalência da substância sobre a forma, o princípio da atualização monetária nada mais é do que a manutenção do valor original substantivo do bem e não o seu valor formal. Entendem vários estudiosos que o princípio da atualização monetária e o do registro pelo valor original compreendem um único princípio, dividido didaticamente em duas partes. Assim entendido, o princípio, ao sobrepor a substância sobre a forma, determina que os valores agregados, tanto os que permanecerão no Ativo quanto os classificados como Despesa, terão sua expressão formal ajustada ao valor real.

O Princípio da Prudência determina que, quando um Ativo deixa de ter o valor que está registrado na Contabilidade, deverá ser reduzido imediatamente. No processamento da alocação de valores operada pela Contabilidade de Custos, observa-se que, em determinado momento, ativos se transformam em despesas, sendo, portanto, redutores do patrimônio líquido.

Existirão, ainda, despesas como o Custo de Mercadorias/Serviços Vendidos, que redundarão em ingressos de outros Ativos, tais como dinheiro ou créditos junto aos clientes em decorrência das vendas.

Assim, a prudência determina que, tão logo se tenha razoável certeza dos

valores de Ativos que se transformaram em Despesas, estes valores devem ser baixados do Ativo para se transformarem em contas de resultado.

O Princípio da Competência traz como regência que as despesas e receitas devem ser incluídas na apuração do resultado do exercício em que ocorrerem. Como dito anteriormente, a Contabilidade de Custos, no terceiro estágio, quando define o que serão considerados custos administrativos, financeiros, custos com vendas, deve então considerar estes valores como contas de resultado do exercício, excluindo-os do Ativo. Ou, ainda, se parte destes valores se tornarem componentes do Ativo Permanente, o valor equivalente será deslocado do Ativo Circulante - Estoques para a conta correspondente.

Estes procedimentos, em cumprimento ao princípio da competência, farão com que as despesas e receitas se interrelacionem no mesmo período de apuração, gerando, por conseguinte, uma Demonstração do Resultado mais próxima da realidade do exercício sob exame.

Este princípio, portanto, impera em todas as atividades que demandam variações qualitativas do patrimônio, porque o reconhecimento destas variações impõe o seu registro no momento em que ocorrem.

O Princípio da Continuidade - Este princípio, em conjunto com o Princípio da Prudência, emerge como complemento da aplicação do Princípio da Competência, sendo pois subjacente àquele.

Considerações Finais

As entidades têm hoje uma preocupação muito grande quanto à sua responsabilidade social, fator fundamental e indissolúvel das atividades econômicas, por representar, certamente, o alicerce de sua sobrevivência. Desta forma, a Contabilidade como ciência social é, indiscutivelmente, uma ferramenta indispensável para o gerenciamento dos

negócios através das informações que representam o suporte para a tomada de decisões.

Entendemos, portanto, que, de acordo com esta perspectiva, o assunto abordado ressalta a importância de se observar a aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, objetivando que a Contabilidade de Custos efetivamente consiga obter os elementos necessários para disponibilizar às Entidades os meios para atingir os objetivos propostos. Assim, estas mesmas Entidades podem, efetivamente, atender às necessidades dos diversos segmentos da sociedade, respondendo, também, à questão da própria responsabilidade contábil e social.



* José Eustáquio Giovannini, Vicente Vieira da Silva, Walter Roosevelt Coutinho – Professores universitários. Mestrados em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atas do XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Salvador – Bahia, 1992.
- Equipe de Professores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias da Universidade Brasília – UnB. Exame de Suficiência em Contabilidade. São Paulo, Atlas, 2001.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 9ª ed. São Paulo, Atlas, 2005.
- MEGLIORINI, Evandir. Custos. São Paulo: Makron Books, 2001.
- KOLNER, Olívio. Os Objetivos da Contabilidade de Custos. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 55, 1989.
- Resolução nº 750, de 19.12.93, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Brasília.
- SÁ, Antonio Lopes de. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 1959.
- SERRA NEGRA, Carlos Alberto e SERRA NEGRA, Elizabeth Mirelho. Manual de Trabalhos Monográficos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. São Paulo, Atlas, 2003.

NOTAS

- ¹ KOLNER, Olívio. Os Objetivos da Contabilidade de Custos. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 55, 1989.
- ² KOLNER, Olívio. Atas do XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Salvador – Bahia, 1992.
- ³ KOLNER, Olívio. Atas do XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Salvador – Bahia, 1992.

17º Congresso Brasileiro de Contabilidade

“Contabilidade: Instrumento de Cidadania”. Esse é o lema do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que acontecerá entre os dias 24 e 28 de outubro, na cidade de Santos, em São Paulo. Durante os quatro dias de evento, estão sendo esperadas cerca de 4,5 mil pessoas, que irão debater assuntos atuais e o futuro da profissão.

Em Minas Gerais, os contabilistas podem se inscrever através do site do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais: www.crcmg.org.br/cbc.

PACOTES – A Notre Dame Turismo já está trabalhando com pacotes exclusivos para os contabilistas mineiros para o 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade. O evento acontecerá no período de 24 a 28 de outubro, em Santos/SP. Confira alguns preços e condições:

HOTÉIS: Santos SP

	Pacote 4 noites (24 a 28/10/04)	Pacote 5 noites (23 a 28/10/04)
Cosmopolitan Praia Flat		
Ap. Single	R\$ 908,00	R\$ 1.025,00
Ap. Duplo	R\$ 695,00	R\$ 758,00
Mendes Plaza		
Ap. Single	R\$ 945,00	R\$ 1.070,00
Ap. Duplo	R\$ 742,00	R\$ 816,00
Parque Balneário		
Ap. Single	R\$ 1.020,00	R\$ 1.165,00
Ap. Duplo	R\$ 787,00	R\$ 875,00

Preços por pessoa.

- * Opções de apartamento triplo sob consulta.
- * Passagem aérea TAM com taxas de embarque: BHZ/São Paulo/BHZ

Para outras informações entrar em contato através do telefone: (31) 3261-3622 ou e-mail: eventos@notre.com.br
Ou no Setor de Eventos do CRCMG: (31) 3269-8400.